

Grupo alemão recomenda ao Brasil negociar dívida sem radicalismos

Washington — Nem o Brasil, nem os bancos internacionais, podem "dar um murro na mesa" durante o processo de negociação, segundo o gerente-geral do Deutsch Sudamerikanische Bank (grupo Dresdner, segundo maior banco alemão), Horst Tiedemann. Ele afirma que os bancos querem cooperar com o País, dentro de uma renegociação ortodoxa: "Não é coisa ditada por um lado. É preciso negociar", adverte. O grupo Dresdner tem depósitos de 110 bilhões de dólares e 1.400 agências na área ocidental.

Para o banqueiro, "não adianta dizer que não tem dinheiro. O Brasil precisa fazer alguma coisa". Lembra, como exemplo, que a Argentina "pagou uma ninharia, 40 milhões de dólares por mês, mas já é um sinal de boa vontade". Indagado sobre qual seria o mínimo que o País teria de pagar, porém, afirmou que "não é possível responder. Tem que ser substancial, 50 milhões é pouco. A Argentina não é parâmetro".

Parâmetro de sucesso absoluto, na sua opinião, seria o Chile. "Durante a negociação, é melhor não conversar com a imprensa. O Chile agiu assim na semana passada. Ficou quieto. Os vencimentos dos próximos quatro anos foram prorrogados e foi feito o **re-timing** — em vez de pagar juros a cada três meses, o Chile pagará uma vez por ano. Isso vale **cash**", acenou Tiedemann.

"O Chile vai levantar 300 milhões de dólares no mercado e o Dresdner vai participar com a importância pedida. São bônus de cinco anos que rendem a **libor** (taxa interbancária londrina) mais 1,5 por cento ao ano. No total, o custo para o Chile será de dez por cento ao ano, aos juros atuais. É uma operação voluntária. A dívida do Chile com os bancos é de aproximadamente cinco bilhões de dólares, portanto, os 300 milhões equivalem a seis por cento. Era o mesmo que o Brasil conseguir três bilhões voluntários, pois a dívida brasileira com os bancos é 10 vezes maior", comemora Tiedemann.

Lamenta que isto só aconteceria quando o Brasil se comportar como o Chile. "O País está pon-do a casa em ordem, mas falta muito. É preciso respeitar contratos, mas o Brasil não faz isso há uma década", recrimina.

Acredita que a negociação poderá terminar até o final do ano, como deseja o presidente Collor, desde que a proposta brasileira seja realista, dentro da ortodoxia. Proposta realista, a seu ver, incluiria tratamento adequado aos juros correntes e atrasados, bem como uma série de opções dentro do **menu** dos bancos.

Para Tiedemann, por menos dinheiro que o País tenha, sempre tem algum, enquanto os bancos estão tirando dinheiro das linhas comerciais. "O **spread** (taxa de risco) já passou de 1,5 para 2,5 por cento ao ano (acima da **libor**) e há quem esteja cobrando três por cento. O **spread** dobrou em menos de um mês, e isto é muito ruim", lamenta.

Recusa-se até mesmo a ouvir falar em um depósito por parte do Brasil em um banco neutro.